

Tema: Desenvolvimento Econômico Sustentável

1 Aos vinte e sete dias do mês de julho de 2022 às 19h15min, por meio da plataforma
2 *Microsoft Teams*, a Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de
3 Urbanismo e Licenciamento (SMUL), conforme convocatória, inicia a Audiência Pública da
4 Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico - PDE, Temática
5 Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Sra. Patricia Saran**, Coordenadora do Processo
6 Participativo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes, apresenta as
7 tradutoras em libras, instrui quanto ao uso das ferramentas de acessibilidade das
8 plataformas digitais e dá início à audiência pública. Apresenta o cerimonial, informa que o
9 convite para essa audiência foi publicado em 07 de Julho de 2022 no Diário Oficial da
10 Cidade e em jornal de grande circulação, e que após a audiência a ata e as manifestações
11 serão publicadas. Esclarece que os presentes poderão se inscrever para solicitar
12 manifestação de fala e as inscrições estarão abertas durante a apresentação, sendo que se
13 encerram 05 (cinco) minutos após a apresentação, e que cada munícipe inscrito tem 03
14 (três) minutos para exposição e considerações, com respostas em bloco. Apresenta a mesa
15 diretora dos trabalhos, o **Sr. José Arménio de Brito Cruz**, Secretário-Adjunto de SMUL, e a
16 **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB. Apresenta os demais
17 representantes de SMUL, e passa a palavra ao **Sr. José Arménio de Brito Cruz**, que
18 agradece a colaboração de todos e reforça a importância do Desenvolvimento Econômico
19 Sustentável como tema estruturante do desenvolvimento urbano, sendo, portanto,
20 inerente ao Plano Diretor Estratégico. Agradece ao suporte da equipe de SMUL e reforça
21 que a equipe está à disposição para apoiar e discutir as especificidades da temática da
22 presente audiência. Reforça que a audiência é parte da etapa 01 do processo revisório do
23 PDE, a qual é composta por mais duas etapas - a segunda, propositiva; e a terceira, para
24 elaboração da minuta para envio à Câmara Municipal de São Paulo. A **Sra. Patrícia Saran**
25 reforça que a presente audiência é parte da etapa 01 do processo participativo, que segue
26 até dezembro de 2022 com mais duas etapas. O **Sr. Fernando Gasperini**, arquiteto de
27 PLANURB, inicia a veiculação do vídeo produzido pela equipe técnica de Planurb para a
28 audiência em questão, com objetivo de fornecer um panorama sobre o tema
29 Desenvolvimento Econômico Sustentável. A gravação, com audiodescrição e tradução
30 simultânea em libras, contextualiza o PDE como o instrumento básico da política de
31 desenvolvimento urbano do município. Aponta que os grandes desafios relativos ao tema
32 desenvolvimento econômico são o de desconcentrar as oportunidades de emprego e
33 renda, que se aglomeram, sobretudo, no centro expandido, e o de desenvolver a zona
34 rural. Que o município de São Paulo perdeu cerca de 9% dos empregos formais entre 2014
35 e 2020, e que a subutilização da mão-de-obra superou 29%, demonstrando, portanto, os
36 desafios para a recuperação da atividade econômica no pós-pandemia. Aponta que a

37 Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável apresenta seis estratégias e um
38 plano, que são: os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (PEDEs), os Polos
39 de Economia Criativa, os Parques Tecnológicos, as zonas de uso ZPI E ZDE, o Polo de
40 Desenvolvimento Rural Sustentável e o Plano de Agroecologia e desenvolvimento rural
41 solidário e sustentável. Aponta que, embora posterior, as estratégias previstas no Plano
42 Municipal de Desenvolvimento Econômico são compatíveis com o PDE. Cita que o PDE
43 previu a Macroárea de Estruturação Metropolitana e definiu os Eixos de
44 Desenvolvimento em regiões periféricas. Que o PDE previu cinco PEDEs, que
45 correspondem a setores da MEM, e que esses possuem grande sobreposição aos
46 Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PIDEs). Aponta que os PEDEs
47 devem ser regulamentados por lei específica, e que junto aos PIDEs são previstos
48 incentivos urbanísticos e fiscais para instalação de usos não-residenciais. Que no
49 perímetro Jacu-Pêssego houve incremento em área construída entre 2004 e 2019, mas
50 que essa ainda é predominantemente residencial, e com maior evolução anterior ao PDE
51 de 2014. Comenta que os PIDEs e PEDEs não foram implantados, e que sobre eles
52 contabiliza-se variação de -8% e -7% no número de estabelecimentos e de postos de
53 trabalho, respectivamente. Cita ações para o fortalecimento de centralidades, como o
54 projeto Triângulo SP, o Programa Ruas SP e o Programa Emergencial de Calçadas, com
55 dados de emprego entre os anos 2014 e 2019. Contextualiza os Polos de Economia
56 Criativa (PECs), os Parques Tecnológicos, as Zonas Predominantemente Industriais e as
57 Zonas de Desenvolvimento Econômico, e aponta tendência de redução de empregos do
58 setor industrial no município. Aborda as dimensões territoriais da zona rural no município,
59 com identificação de ações e estratégias decorrentes do PDE para desenvolvimento
60 econômico sustentável, a exemplo do Projeto Ligue os Pontos. Aponta que o Plano de
61 Agroecologia e Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável da cidade de São Paulo é,
62 conforme o PDE, instrumento norteador do desenvolvimento econômico da Zona Rural,
63 que foi recém-concluído e que está em fase de elaboração de decreto do executivo para
64 sua implementação. Aponta que em 14 de março de 2022 foi promulgado o Decreto nº
65 61.143, o qual cria o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em
66 áreas de proteção aos mananciais. Ressalta, por fim, a possibilidade de fusão dos
67 instrumentos PIDE e PEDE, com indicação para elaboração de Projetos de Intervenção
68 Urbana e programas de incentivos para cada perímetro; o estímulo à identificação e
69 qualificação das centralidades existentes e criação de novas centralidades; o fomento à
70 implantação efetiva dos Polos de Economia Criativa e dos Parques Tecnológicos; a
71 distribuição equitativa de investimentos e equipamentos sociais a fim de qualificar a vida
72 urbana dos bairros; e o estímulo e fortalecimento contínuo de programas voltados para a

73 zona rural, destacando o Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), o qual
74 busca, através de ações como o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
75 (PROAURP), fomentar a economia sustentável e fortalecer a proteção ambiental.
76 Esclarece que os dados e análises apresentados estão disponibilizados de modo mais
77 aprofundado no Diagnóstico de Aplicação do Plano Diretor Estratégico e no Relatório de
78 Monitoramento, disponíveis na plataforma Plano Diretor SP. Retomada a fala, a **Sra.**
79 **Patrícia Saran** agradece a equipe de Planurb pela produção audiovisual e passa a palavra à
80 **Sra. Beatriz Messeder**, representante da Associação Comercial de São Paulo junto ao
81 Conselho Municipal de Política Urbana - C MPU, que aborda a importância do tema e
82 atenta que foi um dos menos implementados ao longo da vigência do atual PDE. Reforça a
83 importância dos incentivos urbanísticos e fiscais com ênfase na reativação de áreas
84 especiais do centro da cidade, com destaque para o projeto Triângulo Histórico, não
85 regulamentado, e para o projeto PEC das calçadas, não executado. Complementa que o
86 Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico inclui várias questões pertinentes ao
87 PDE, mas que se demanda por maior definição de atribuições e metas temporais a fim de
88 que as estratégias sejam efetivamente aplicadas. Considera necessário atrelar os
89 objetivos com as ações, além de articular e interligar os diferentes instrumentos, como os
90 PIDEs e os PEDEs, para que efetivamente sejam aplicados no território. Aponta que
91 faltam incentivos urbanísticos e fiscais, sobretudo ao setor de comércio e serviços, e que é
92 importante a pactuação social na implantação das estratégias e na provisão orçamentária.
93 Demanda por maior agilidade na tramitação de projetos na secretaria, e reforça a
94 importância da descentralização administrativa, com previsão, já no PDE, de maior
95 autonomia para as subprefeituras. Destaca a estratégia de aproximação entre emprego e
96 moradia, considerando que essa deve balizar a formação de subcentralidades, para as
97 quais, por sua vez, demanda-se a aplicação dos planos setoriais. O **Sr. Eduardo Della**
98 **Manna** elogia a qualidade da apresentação produzida pela equipe de PLANURB, e reforça
99 a importância do desenvolvimento econômico sustentável na redução das desigualdades
100 socioeconômicas no município. Aborda a importância da melhor distribuição de emprego
101 e renda nos territórios com expressiva densidade populacional, e que os dados e mapas
102 apresentados mostram grande concentração de empregos formais versus extensa faixa
103 periférica caracterizada pela vulnerabilidade social. Aponta que a apresentação mostrou a
104 importância dos diferentes instrumentos previstos no PDE para estimular o
105 desenvolvimento econômico nos territórios. Destaca que, conforme dados do
106 monitoramento do PDE, os perímetros correspondentes aos PIDEs concentram apenas
107 1,7% dos empregos formais da cidade, o que amplia a importância da implantação do
108 instrumento. Considera sensata a possibilidade de fusão entre PIDEs e PEDEs, e que

109 apenas os incentivos urbanísticos nos perímetros Jacu-Pêssego e Cupecê não foram
110 suficientes na atratividade de empreendimentos não-residenciais, o que reforça a
111 importância da combinação entre incentivos urbanísticos e fiscais. Por fim, considera
112 importante que Planurb sistematize, no Diagnóstico, propostas presentes no Plano
113 Municipal de Desenvolvimento Econômico. A **Sra. Lúcia Martins Campos**, arquiteta e
114 servidora pública, aponta que em 2017 houve regulamentação nos incentivos ao
115 desenvolvimento econômico no perímetro Raimundo Pereira de Magalhães, mas que na
116 porção inserida no distrito de Jaraguá, por sua vez pertencente à subprefeitura de
117 Pirituba-Jaraguá, as características da topografia não são favoráveis. Para essa situação,
118 recorda discussões quanto à importância de se desenvolver um PIU para a área,
119 considerando, no projeto, suas especificidades. Aponta que na região do Butantã há
120 problemas semelhantes, sobretudo ao longo das rodovias Régis Bittencourt e Raposo
121 Tavares, mas que essas não receberam incentivos econômicos, considerando necessária
122 sua inclusão no PDE. O **Sr. Fernando Gasperini** agradece as considerações e reforça a
123 importância do tema desenvolvimento econômico e sua relação com fatores
124 macroeconômicos. Aponta que a apresentação elaborada por PLANURB foi um esforço
125 para mostrar os desafios relativos ao desenvolvimento econômico, e concorda que a
126 maior parte das estratégias delineadas pelo PDE não foram implementadas. Comenta que
127 o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), elaborado pela Secretaria
128 Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, foi desenvolvido em consonância
129 com o PDE, incorporando, inclusive, várias de suas estratégias, a exemplo dos Polos de
130 Desenvolvimento Econômico. Aponta que o PMDE é um passo importante para o
131 cumprimento de um diagnóstico mais amplo da cidade – o que foi previsto no PDE –, com
132 a identificação das características econômicas dos territórios e definição dos setores que
133 poderiam ser incentivados a partir de políticas públicas e intervenções urbanas. Aponta
134 que houve importante evolução na implementação de políticas voltadas para o
135 desenvolvimento da zona rural do município, como o Projeto Ligue os Pontos, e também
136 de ações que vêm sendo desenvolvidas pela Prefeitura voltadas às centralidades, a
137 exemplo da implementação do Programa Emergencial de Calçadas e dos programas de
138 incentivo ao uso das calçadas em parceria com estabelecimentos. Reforça a importância
139 das subcentralidades como estratégia para o desenvolvimento econômico sustentável no
140 município, sobretudo nas áreas periféricas. Comenta os efeitos alcançados dos incentivos
141 urbanísticos atribuídos às áreas correspondentes aos PIDEs e PEDEs, e atenta para a
142 importância da efetiva implementação dos dois instrumentos como estratégia de
143 incentivo e atratividade do emprego formal. Aponta que, de fato, não está expresso no
144 PDE a vinculação entre as áreas de PEDEs e PIDEs com a necessidade de

145 desenvolvimento de Projetos de Intervenção Urbana, mas que considera adequada a
146 preocupação, sobretudo no sentido de que há dúvidas se apenas as políticas de incentivo
147 são capazes de prover condições para o desenvolvimento desses perímetros, e
148 complementa que considera pertinentes as colocações sobre eventual perímetro nas
149 proximidades da rodovia Raposo Tavares. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz** ressalta a
150 complexidade e a necessária integração entre as estratégias para a promoção do
151 desenvolvimento econômico sustentável e a política de desenvolvimento urbano.
152 Concorde que há situações em que os incentivos não são suficientes para desenvolver os
153 territórios. Cita experiência com o Polo de Desenvolvimento Sul, atualmente justaposto
154 com o perímetro do PIU Jurubatuba, e comenta que há estudos para o desenvolvimento,
155 na SP Urbanismo, do PIU dos Eixos, no entendimento de que cada eixo possui
156 características próprias com demandas específicas. Considera importante a qualificação
157 da urbanização para a atração de mão-de-obra qualificada, e aponta que a
158 descentralização das atividades é um processo que demanda de tempo e maturação dos
159 territórios. A **Sra. Beatriz Messeder** considera importante a combinação entre incentivos
160 fiscais, urbanísticos e zeladoria urbana. Destaca os Polos de Economia Criativa como
161 estratégia de desenvolvimento prevista no PDE, mas que não foi implantada, e que a
162 revisão intermediária é uma oportunidade para constar definição e método para
163 elaboração dos Planos de Bairro. Por fim, aponta para maior atenção quanto à cidade
164 informal e aos desafios que se impõem para atraí-la e proporcioná-la condição de
165 legalidade. O **Sr. Eduardo Della Manna** considera que o PDE/2014 foi bem sucedido na
166 proposição de estratégias e instrumentos para a área de desenvolvimento econômico
167 sustentável, mas lembra que as áreas que têm concentrado a maior parte da produção
168 criativa da cidade permanecem sendo as regiões de Pinheiros e Itaim-Bibi, mesmo que não
169 tenham recebido incentivos fiscais. Considera que o que torna as localizações em lugares
170 criativos é a concentração de talento, tecnologia e tolerância; que o FUNDURB tem visão
171 excessivamente setorial e pouco territorial, o que deveria ser mudado, de modo que os
172 recursos do fundo poderiam iniciar a implementação dos PIDEs e PEDEs previstos. O **Sr.**
173 **Fernando Gasperini** comenta sobre o vínculo entre desenvolvimento econômico com a
174 zeladoria urbana, o que considera um tema sensível para a cidade inteira, especialmente
175 para as áreas de centralidade, para os quais o FUNDURB poderia exercer maior
176 contribuição. Sobre os Planos de Bairro, destaca que existe uma cartilha produzida pela
177 Prefeitura, que atualmente o poder público tem feito parcerias com o terceiro setor, e
178 concorda que há necessidade de maior aperfeiçoamento para efetivação do planejamento
179 urbano em nível local. Concorde com a relevância e a importância de políticas com foco na
180 informalidade para o desenvolvimento econômico sustentável da cidade, e lembra que a

181 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho tem promovido ações
182 relativas ao empreendedorismo, ao acesso ao micro-crédito e à capacitação e formação,
183 com uso, inclusive, dos CEUs. Aponta que os empregos e atividades de maior qualificação
184 ainda estão concentrados em algumas áreas da cidade, e comenta sobre os desafios de
185 levar para a periferia urbana atividades de maior qualificação, promovendo, assim, a
186 aproximação entre emprego e moradia. Concorde, por fim, que o FUNDURB deve estar
187 mais próximo das ações prioritárias do PDE, no sentido de que seja uma ferramenta ativa
188 para que o planejamento se efetive na cidade. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz** concorda
189 que o FUNDURB deve ser territorializado, tornando-se um instrumento mais efetivo para
190 a promoção do desenvolvimento urbano. Comenta sobre a informalidade, sobre a
191 importância da qualificação do emprego e sobre o papel da cidade para o
192 desenvolvimento econômico do país. Por fim, considera que embora não seja objeto do
193 PDE, esse pode relevar ações para auxílio no enfrentamento dos problemas de zeladoria.
194 A **Sra. Beatriz Messeder** aponta que outros fundos além dos municipais poderiam ser
195 criados para fomento dos polos de desenvolvimento econômico. O **Sr. Fernando Gasperini**
196 comenta que é importante que o FUNDURB priorize, conforme demarcadas no PDE, as
197 áreas de maior vulnerabilidade social da cidade. A **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** aponta
198 sobre o desafio de estabelecer responsabilidades aos diferentes atores envolvidos no PDE
199 e planos setoriais. Comenta que é uma vantagem que o PDE tenha definido perímetros
200 para alguns de seus instrumentos, mas concorda que os PEDEs e os PIDEs não foram
201 apropriados. Considera que há interesse por parte de PLANURB em estudar e verificar as
202 possibilidades de efetiva aplicação dos instrumentos previstos nos territórios. Que foi
203 abordado, no Diagnóstico, a necessidade de maior entendimento quanto à integração
204 entre Prefeitura e iniciativa privada no âmbito dos Planos de Bairro, e que há intenção de
205 maior capacitação para definir metodologias e facilitar sua elaboração e apropriação pela
206 população. Comenta sobre a relação entre incentivos fiscais, urbanísticos e zeladoria
207 urbana, e sobre o fator segurança pública como condicionante de estímulo à
208 caminhabilidade. Aponta que é necessário que o FUNDURB seja voltado a projetos de
209 requalificação da cidade, inclusive como impulso inicial à implantação de PIUs e
210 Operações Urbanas. O **Sr. Eduardo Della Mana** complementa que é fundamental o
211 exercício da tolerância e da diversidade na formação de um distrito criativo. O **Sr. José**
212 **Armênio de Brito Cruz** agradece as contribuições e a presença de todos. Comenta sobre a
213 complexidade do tema desenvolvimento econômico sustentável, sobretudo quando
214 analisado sob a perspectiva do desenvolvimento urbano. Reforça o papel da
215 territorialização dos instrumentos, e que é papel da SMUL dar dimensão territorial aos
216 desafios do desenvolvimento econômico. Por fim, **Sra. Patrícia Saran** agradece a Secretaria

217 Municipal da Pessoa com Deficiência pela disponibilização dos intérpretes de livras e
218 legendas. Convida a todos para participarem do processo participativo, especialmente das
219 oficinas presenciais previstas para o próximo sábado, na Zona Leste da cidade, e para
220 acompanhar as atividades já realizadas, com informações disponíveis na plataforma
221 eletrônica <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/> . Encerra os trabalhos às 21h03. A
222 íntegra da audiência pode ser consultada através da plataforma eletrônica
223 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos desta
224 audiência pública se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0008207-4.